

## DIÁLOGO DA COMISSÃO MUNDIAL SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL DA GLOBALIZAÇÃO

### BRASIL

#### 1. DATA E LUGAR

O evento ocorreu na cidade de Brasília, nos dias 20 e 21 de janeiro de 2003, organizado pelo escritório da OIT no Brasil, em conjunto com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI, do Ministério das Relações Exteriores, e com o Ministério de Trabalho e Emprego, contando ainda com o apoio do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS.

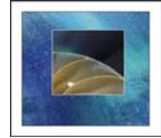
#### 2. PROGRAMA E PARTICIPANTES

A reunião do dia 20 girou em torno da palestra principal, proferida pelo Embaixador Juan Somavia, Diretor Geral da OIT, sobre “Desafios da Globalização”. Participaram da mesa, na condição de palestrantes, o Embaixador Celso Amorim, Ministro de Relações Exteriores, Deputado Jaques Wagner, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Senador Cristóvam Buarque, Ministro de Estado da Educação, Senhor Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República, Senhor Dagoberto Godoy, vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria e representante dos empregadores no Conselho de Administração da OIT, Senhora Maria Ednalva Bezerra, representante da Central Única dos Trabalhadores, Senhora Aspásia Camargo, Professora da Fundação Getúlio Vargas e Senhor Ricardo Young, Presidente do Conselho do Instituto Ethos e Empresas e Responsabilidade Social. Este evento contou com a presença de 300 convidados.

Durante esta sessão, a globalização foi abordada como um processo de aspectos positivos e negativos, cujos debates, até então, refletindo muito mais um “diálogo de surdos” do que um verdadeiro esforço de busca de consenso para tratar dos seus resultados assimétricos, das desigualdades regionais e entre ricos e pobres, da incoerência entre políticas e práticas comerciais praticadas inclusive pelos países dominantes. Os mais fracos – indivíduos, famílias, empresas e países – são em grande parte excluídos do processo, cujas regras e práticas favorecem nitidamente os mais fortes.

A humanização da globalização teria que passar por um diálogo social envolvendo, internamente, os diversos segmentos da sociedade e, a nível internacional, representações de governos e de outras instituições nacionais.

Neste contexto, as vantagens e importância da estrutura tripartite da OIT foi sublinhada por seis dos nove palestrantes da sessão como instrumento fundamental para avançar o diálogo social e, possível, alcançar um pacto social mundial. Este diálogo social internacional teria de tratar de integrar objetivos econômicos com objetivos sociais. Isso necessitaria de ajustes de governança para combater a pobreza e, nesse contexto, tratar prioritariamente dos problemas da fome, da educação e do emprego, respeitando princípios e direitos fundamentais no trabalho, princípios de desenvolvimento sustentável e princípios de democracia.



A nível nacional, é preciso estabelecer estratégias e políticas voltadas para o desenvolvimento local, através da promoção de novas empresas para atender as necessidades de produtos e serviços básicos das comunidades. Neste âmbito, políticas de microcrédito, se bem desenvolvidas e aplicadas, podem ser de grande valia para o desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, para o crescimento da economia como um todo.

Políticas monetárias e financeiras devem ser complementadas por políticas de proteção social, de emprego e empreendedorismo integradas a estímulos a novas atividades produtivas, incluindo as vinculadas à “economia solidária” e à “economia dos pequenos”, que poderiam ser gradualmente integradas ao mercado dominante e, assim, fortalecer todo o mercado interno. Nesse contexto, há necessidade de se reduzir a informalidade e a precarização das condições do trabalho, de forte crescimento nos últimos anos.

Melhorias de educação e de formação são essenciais não só para o desenvolvimento humano como também para gerar condições mínimas para o crescimento econômico. A comunidade internacional deveria apoiar fortemente todos os esforços de combate ao analfabetismo.

À sessão do dia 21 compareceram 48 convidados, todos eles reconhecidos nacionalmente, representando os diversos segmentos da sociedade civil, tais como, organizações de empregadores e de trabalhadores, universidades, poderes executivo e judiciário e agências do sistema Nações Unidas. Participaram também neste dia os senhores Gerry Rodgers e Virgilio Levaggi, representando o Secretariado da Comissão Mundial. Impossibilitada de comparecer por motivos particulares, foi lida uma mensagem enviada pela Sra. Ruth Cardoso, membro da Comissão Mundial, a respeito do tema central do evento.

Nesta sessão foram postos em discussão dois temas centrais: o primeiro, **Por um Sistema Global mais Inclusivo**, e o segundo, sobre **Políticas Nacionais e a Agenda Internacional**. Para cada um dos temas foram selecionados alguns estudiosos com grande capacidade para colocar sucintamente seus pensamentos ao mesmo tempo provocando os participantes a um debate mais profícuo. Certamente, o inter-relacionamento entre os dois temas esteve sempre presente durante o diálogo.

### 3. COLOCAÇÕES

A situação sócio-econômica brasileira esteve sempre destacada durante as intervenções, primeiro, pela importância do mercado brasileiro no cenário internacional, pela condição de 11ª economia mundial e pelo desequilíbrio acentuado na distribuição interna de renda. Somam-se a estes indicadores os resultados das últimas eleições e a posse do novo governo, no qual se destaca a preocupação pela dimensão social do desenvolvimento e do conjunto das políticas governamentais.

Algumas observações sobre a globalização tiveram o aparente apoio geral dos participantes, dentre elas, que esse processo:

- tem várias dimensões distintas: comercial, financeira, econômica, cultural, etc.;
- remonta aos princípios do mercantilismo, tendo porém se acelerado durante as últimas décadas, e com algumas novas características, tais como a distribuição do poder entre as



nações nos períodos pré e pós guerra, o tamanho das empresas e sua expansão no mercado internacional e, nos últimos anos, a grande mobilidade de capitais e de empresas, movida pelos avanços ocorridos nas tecnologias de informação e de telecomunicações, ainda que restrito a uma parcela relativamente pequena da população mundial;

- não é causa fundamental dos desequilíbrios sociais que se manifestam na maioria dos países, especialmente nos países menos desenvolvidos; assimetrias na distribuição de renda resultam de outras desigualdades internas, tais como o acesso à escola, a distribuição de terras, o acesso ao crédito e a discriminação racial, entre outras;
- é uma realidade que veio para ficar, que tem muitos aspectos positivos e que permite explorar iniciativas para aumentar oportunidades, reduzir assimetrias de renda e contribuir para uma maior convergência.

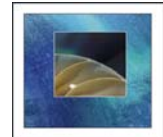
Foi argumentado que políticas de abertura comercial e financeira junto com os processos de privatizações desencadeiam processos irreversíveis, com desequilíbrios estruturais, que, por sua vez, demandam políticas monetária e fiscal, muitas vezes recomendadas pela agenda internacional, com efeitos sociais negativos. Foi mencionado, nesse contexto, sem aparente contestação, o caso brasileiro, seus efeitos sobre as dívidas interna e externa.

Os efeitos sociais das políticas de abertura externa junto com problemas sociais estruturais, migração e carências educacionais, refletem-se especialmente nas grandes metrópoles. No caso da “Grande São Paulo” que abrange 36 municípios com ou sem áreas comuns fronteiriças, envolvendo uma população de 22 milhões de habitantes, onde houve nos últimos anos um aumento significativo do desemprego e da pobreza.

A Grande São Paulo, pela elevada concentração da estrutura produtiva nacional, está permanente vulnerável ao desempenho desse setor, com efeitos alarmantes sobre sua estrutura de emprego e renda. A sua manutenção e os projetos considerados essencialmente sociais excedem as arrecadações, tornando o endividamento municipal a única fonte alternativa de recursos financeiros. Sobre ela recai, e fortemente, toda e qualquer política de monetária com vistas a controlar o processo inflacionário.

Para combater esses problemas a Prefeitura da cidade de São Paulo vem desenvolvendo uma série de programas integrados de inclusão social que tratam de promover empregos especialmente para segmentos mais carentes da população. Essas ações são implementadas de uma maneira coordenada e coerente e seus resultados, altamente positivos, estão a indicar a maneira correta de se implementar políticas públicas integras voltadas para a redução da pobreza.

A pobreza está fortemente associada com a violência juvenil urbana, conforme se constatou pelo relato dos resultados de um estudo empírico conduzido na cidade do Rio de Janeiro referente à violência juvenil. Aqui se deriva para outra vertente social, que se refere aos excluídos, onde se destaca o mercado em expansão para jovens traficantes de droga. A violência urbana, certamente, afeta o principal polo atrativo da cidade, o turismo. Por ser o tráfico de drogas uma atividade que extrapola as fronteiras nacionais, qualquer ação de combate tem que passar por um acordo internacional, onde a participação daqueles países desenvolvidos, porém, ao mesmo tempo, onde o mercado de drogas é grande, deveriam participar do esforço conjunto.



Questões também levantadas, porém, não consensuais, se referem, por exemplo, à necessidade de se fazer diagnósticos mais completos sobre os efeitos da globalização para se propor uma agenda nacional e internacional que venha a restringir seus impactos negativos na sociedade.

A questão gênero também foi levantada, colocando-a num patamar importante e ao mesmo condicionante para se alcançar uma maior igualdade social. Foi mencionado a necessidade de se discutir e refletir sobre a diversidade populacional, tanto a nível nacional quanto internacional, sem a qual seria mais difícil tratar o tema da igualdade. Foi mencionado que no Brasil, 27% das famílias são chefiadas por mulheres (única fonte de receita) e que em outros 25% das famílias, onde o homem e a mulher contribuem para com a renda familiar, a participação da mulher gira em torno de 50%.

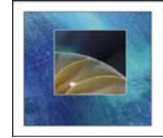
Já o ponto relacionado com discriminação foi perfeitamente exposto, principalmente pelo papel exercido econômica e socialmente pelas empresas multinacionais. Foi mencionado o caso brasileiro onde a renda familiar entre os negros representa 40% da renda familiar entre os brancos e que somente 2% dos negros conseguem alcançar mais de 15 anos de escolaridade (ensino universitário completo). Outro dado interessante se refere à participação do negro, um quinto, no total dos brasileiros com acesso à tecnologia digital. O fortalecimento sindical, tanto a nível nacional como internacional, seriam condições básicas para o uma luta mais eficaz, quer do ponto de vista de remunerações quer na política de reposição da força trabalhista.

#### **4. ALGUMAS RECOMENDAÇÕES**

As propostas apresentadas pelos participantes convergiram para um plano comum, onde as ações políticas estariam centradas em três níveis: nacional, regional e global.

##### **a. Plano Nacional**

- construir e/ou fortalecer as condições e instituições políticas e econômicas, essenciais para viabilização de uma economia de mercado eficiente e auto-sustentável. Destacam-se o respeito ao estado democrático de direito, aos contratos e à segurança jurídica. Destaca-se, no campo econômico, a necessidade de um sistema financeiro sólido, um sistema político isento de corrupção, controle macroeconômico confiável, com finanças públicas disciplinadas e ausentes de déficit crônicos. Estas condições levariam ao crescimento da poupança interna, necessária ao investimento em infra-estrutura econômica e social, incluindo a absorção de tecnologias de informação e de comunicação;
- outro fator importante mencionado seria a construção e/ou recuperação da soberania nacional como forma de compensar pela perda da autonomia internacional, onde o fluxo de capital seria orientado segundo as necessidades estratégicas desenvolvimentista traçada pelo país;
- políticas nacionais de incentivo e estímulo às atividades intensivas em mão de obra, acompanhada de uma qualificação visando uma competitividade produtiva sustentável e redução das inequidades;



- ainda que colocado marginalmente, ao se implementar as políticas acima estar-se-ia, simultaneamente, assegurando a presença de um mercado consumidor interno de relativa expressão em termos de volume de negócios e auto-sustentabilidade, ainda que no campo da economia internacional, a demanda externa, através da política cambial, estaria assegurando os recursos externos necessários para a expansão econômica;
- foi também mencionado a necessidade premente de se terminar de vez, principalmente no Brasil, com o analfabetismo, o que supõe expandir o número de vagas nas escolas públicas, reverter a pirâmide educacional, fazendo com que mais e melhores alunos atinjam o ensino universitário, que o ensino técnico esteja voltado para a formação do cidadão, paralelamente à sua preparação para inserção na vida econômica produtiva;
- superação da exclusão digital, tanto no que diz respeito ao acesso, através de políticas direcionadas às camadas mais pobres da população, como também de formação;

#### **b. Plano Regional**

- Integração regional de países que têm sentido histórico e cultural comum. Neste sentido, foi indicado o fortalecimento do MERCOSUL na América do Sul e, alternativamente, um sistema sul-americano de cooperação e livre comércio. Referido sistema deve ter como premissa básica resultados favoráveis para todos os países pactuados. Menciona-se também a necessidade de que o fortalecimento regional esteja calcado na complementaridade produtiva e que uma vez definida, seja implantada e seguida à risca pelos países envolvidos;
- estabelecimento de uma governança mínima capaz de garantir o respeito às regras de livre comércio, através da eliminação das atuais barreiras tarifárias e não tarifárias, atualmente, impostas em detrimento dos países menos desenvolvidos mas detentores de vantagens comparativas. Revisão das práticas de subsídios por parte dos países mais desenvolvidos, assegurando os princípios básicos da concorrência;
- foi também mencionado a atenção que se deve dar, no plano regional, à migração internacional. Por se tratar de um tema ainda amplamente controvertido, com exceção à proteção que se deve dar ao trabalhador migrante, muito é o que se tem por fazer no que diz respeito à regulamentação e flexibilização dos fluxos internacionais de mão de obra.

#### **c. Plano Global**

- Certamente, o mais difícil de implementação, por se tratar do que seria um mundo ideal. Trata-se de buscar caminhos a serem percorridos pelas economias desenvolvidas em ajuda efetiva aos problemas das desigualdades e da pobreza mundiais. Sem dúvida, esta atitude passa também pela regulamentação do mercado externo, conforme indicado acima. O que se propõe aqui é exatamente a institucionalização de uma política de ajuda aos países mais pobres, a fundo perdido, respeito a soberania nacional. Além da ajuda financeira, deveria ser também praticada a transferência do conhecimento científico e tecnológico;



Organização Internacional do Trabalho  
Brasil

Comissão Mundial sobre a Dimensão  
Social da Globalização



- Esta agenda global deveria também ser imposta no sentido de garantir e preservar o que se poderia chamar de bens públicos, como por exemplo, a preservação ambiental, a paz universal.